

CONDOMÍNIO CHAPÉU DO SOL

Magda Pinto **Viana**

Cornelia **Eckert** (orientação)

Introdução

Este trabalho terá como objetivo investigar as relações de conflito ocorridas entre o poder público municipal, representado pelo DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação e a associação de moradores, envolvidas no reassentamento das famílias das vilas irregulares que localizavam-se na sua maioria no bairro Belém Novo, às margens do Rio Guaíba e outras em localidades próximas, pertencendo a região do extremo sul do município. Pretendemos avaliar o esforço realizado pelo DEMHAB no de promover uma conscientização dos moradores quanto a melhoria da “qualidade de vida”, tanto nos aspectos sanitários quanto urbanístico e ecológico. Analisaremos ainda o processo de mobilização dos moradores no sentido de criar uma consciência voltada para o exercício da cidadania, principalmente no que se refere as noções de participação e organização na busca de seus interesses.

1 - Breve Histórico do Bairro Belém Novo

O bairro de Belém Novo, distante mais ou menos 30 Km do centro da cidade é um lugar extremamente singelo e singular, assim como singular é sua história. Dono de uma paisagem rural e natural, onde a incidência de belezas naturais associadas as baixas densidades demográficas convidam para um olhar ecológico. Está situado às margens do Rio Guaíba, região hoje denominada Extremo Sul, entre o Passo do Salso e o Município de Viamão. Sua fundação data de 1867 e seu reconhecimento pela municipalidade e governo datam de 1880.

Belém Novo foi um dos antigos locais de veraneio dos porto-alegrenses e tem na sua estruturação urbana praticamente a mesma expressão dos anos 40.

A partir dos anos 60, o banho nas águas do balneário se tornou impossível, tal a poluição causada pelo rápido crescimento de Porto Alegre. O Extremo Sul passou a ser ignorado pelos governos municipais uma vez que o desenvolvimento se deslocava na direção da área industrial ao norte da cidade.

Sua configuração especial é alterada a partir desta década, quando houve um aumento de procura de moradia barata por parte de famílias de baixa renda. Ao longo das estradas de terra da região, surgiam dezenas de loteamentos populares e pequenas invasões onde se agrupavam os que não conseguiam moradia na cidade. Localizaram-se basicamente às margens do Guaíba, seu principal e maior núcleo econômico e Social. Nas áreas distantes do centro do bairro nota-se ainda hoje a presença de sítios de lazer ou propriedades tipicamente rurais.

O comércio esteve sempre voltado para as necessidades locais e há somente indústrias de pequeno porte no bairro.

Do ponto de vista demográfico, o lugar conta com cerca de 11 mil habitantes, distribuídos em aproximadamente 3.100 domicílios. Belém Novo é atendido por todos os serviços municipais, possui uma capatazia do DMLU, uma Estação de Tratamento de Água, Posto de Saúde Municipal e quatro escolas. A comunidade tem uma forte tradição de auto-organização para demandar seus interesses, e se reúne em cerca de 20 entidades associativas e de diversos fins.

2 – Síntese sócio-econômica e político-organizativa

As vilas que estudamos localizavam-se no bairro de Belém Novo, extremo sul de Porto Alegre, às margens do Rio Guaíba, em locais conhecidos como Volta do Veludo, Leblom, Copacabana, Atrás da Praça, Nossa Senhora de Belém e Rua E. As mais antigas eram a Volta do Veludo e Leblom, existindo lá a cerca de 40 anos.

Seus primeiros habitantes vieram de bairros próximos ou cidades do interior do estado, numa ocupação vagarosa e gradativa, primeiramente às margens do rio, estendendo-se por toda a rua que circulava o Morro do Veludo e depois em outras partes do bairro.

O bairro possui uma tradicional comunidade de pescadores artesanais, cerca de 70 famílias, descendentes de colonizadores açorianos que sofre com a ocorrência de problemas ambientais e sociais relacionados à comercialização dos peixes. Parte dessa comunidade de pescadores estava domiciliada nas vilas às margens do Guaíba que foram transferidas para o reassentamento no Chapéu do Sol.

O número médio de habitantes por casa era de 5,4, sendo que 90% das habitações eram ocupadas por uma só família e quase 80% possuíam menos de cinco cômodos.

A população da vila do Veludo compunha-se de aproximadamente 123 famílias, de um total de 589 famílias que seriam removidos para o loteamento do Chapéu de Sol. As demais estavam situadas nas vilas Leblom (58 famílias), Atrás da Praça (38 famílias), Copacabana (86 famílias) todas do bairro Belém Novo e as vilas Ns^a Sr^a de Belém Novo (165 famílias), na Rua E no Chapéu do Sol (99 famílias) e no beco do Adelar (20 famílias), locais mais afastados do centro do bairro.

Cerca de 80% das crianças em idade escolar freqüentavam as escolas e alguns adultos, em torno de 15%, estudavam a noite, devido a proximidade da escola.

Havia um número expressivo de pessoas desempregadas, o que tornava a renda da maioria das famílias muito baixa. Encontrava-se também pessoas que sobreviviam realizando pequenos biscates pelas imediações, basicamente pequenos consertos, carpintaria, auxiliar de pedreiro, limpeza de terrenos, cortes de grama, etc.

A situação ambiental das vilas apresentava vários problemas entre os quais podemos citar a precária solução do esgoto sanitário, que era jogado na areia arenosa do rio; as condições de construção e conservação das moradias, o abastecimento de água e energia elétrica que era feito através de ligações clandestinas e muitas vezes sem segurança para os moradores dos barracos; as caracterizava como uma “área de risco” em uma “vila irregular” conforme definição dos técnicos do Demhab.

Conforme observa Sant’ana (1997) o conceito de “vila irregular” está intimamente ligado a um corpo de leis e saberes técnicos e jurídicos que sustentam-se na organização do Estado. Imputar a uma organização habitacional o conceito de “vila irregular” é reconhecer-lhe a inadequação quanto ao que é prescrito pelos códigos de edificação e

urbanização reconhecidos e legislados pelo Estado – representado na figura da Prefeitura Municipal – e a ilegalidade quanto à situação jurídica da propriedade da terra.

Esta caracterização de vila irregular legitima ações reguladoras do Estado sobre os espaços físicos e as populações para as quais ações de planejamento e intervenções urbanísticas e assistenciais são imprescindíveis e prerrogativas da Prefeitura Municipal.

Durante as décadas de 40, 50 e 60 o problema da remoção e erradicação de vilas irregulares e favelas pelos regimes autoritários se deu num sentido de purificar a cidade e incorporar estas comunidades à sociedade moderna, na tentativa de frear um crescimento desordenado deste tipo de habitações, que eram consequência de um processo de marginalização social. Este processo excluía estas populações de bem estar, trabalho, educação, lazer e boas condições sanitárias de moradia.

As habitações populares em áreas de risco: favelas, eram fruto de um crescimento urbano desequilibrado tornando-se um problema físico-ecológico para os governantes. Em consequência disso, surgiu a idéia de que bastaria remover a população favelada para moradias adequadas de baixo custo que o problema de sua “incorporação” à sociedade moderna estaria resolvido. (Zaluar, 1985; Valladares, 1981; Perlman, 1977).

Ao contrastarmos as práticas de sistemas autoritários do passado, no que se refere a questão da remoção de famílias que encontram-se em locais tecnicamente impróprios, com as aplicadas pela Administração Popular nas remoções e reassentamentos no município de Porto Alegre encontramos mais semelhanças do que diferenças, apesar do discurso estar baseado na qualidade de vida dos cidadãos, na democracia e na participação.

“Nossa cidade é privilegiada com belas áreas ambientais – beiras de rios e arroios, encostas de morros, beiras de vias públicas, áreas inundáveis e outras – que ao serem ocupadas por subhabitações, constituem áreas de risco para quem nelas habita e para os demais. Promovemos assentamentos dessas populações em loteamentos com infra-estrutura urbana e acesso aos serviços de saúde, educação, transporte e implantação ou articulação de possibilidades de trabalho como unidades de reciclagem de lixo seco. A área desocupada é disponibilizada á fruição da população. Exemplificamos com o caso do reassentamento da ex-vila Cai-Cai (hoje uma bela praça á beira do Guaíba) no Loteamento Cavallhada”. (Vicente Rauber – Diretor Geral do DEMHAB)

Após visitarmos o loteamento constatamos que a comunicação das vilas com o resto do bairro Belém Novo se dava de maneira facilitada, pois localizava-se próxima a região do

comércio (supermercado, farmácia, padaria, etc.) bem como de duas escolas de primeiro grau, posto de saúde e posto policial. Dentro da vila encontravam-se apenas estabelecimentos comerciais pequenos.

A escola de 1º Grau no Condomínio Chapéu do Sol, nome dado ao local do reassentamento, ficou pronta no fim de abril/2000, depois que o ano letivo já havia iniciado. Para evitar que as crianças ficassem sem aulas a Prefeitura providenciou ônibus grátis para levá-las até suas antigas escolas em Belém Novo, até que a Escola do Loteamento ficasse pronta. Mesma sorte não tiveram os adultos que estudavam à noite, pois a escola do loteamento não oferece aulas à noite. Várias pessoas deixaram de estudar pois não têm condições de pagar a passagem de ônibus até Belém Novo para continuarem seus estudos. A resposta apresentada para tal questão é que os adultos devem mobilizarem-se e integrar o Projeto MOVA.

Os moradores das vilas Leblon, Veludo, Copacabana e Atrás da Praça, vindas de locais tranqüilos próximos ao Guaíba estão preocupados com sua nova vizinhança, outras vilas cujas características violentas e de envolvimento com tráfico de drogas foram reassentadas no mesmo loteamento. Há uma disputa entre duas gangues de traficantes de drogas de vilas vindas de outros bairros. Já houve dois assassinatos e há muitas brigas pelas ruas à noite, além de pequenos furtos em residências e no comércio local. A grande preocupação das mães prende-se ao fato de que os traficantes estão muito próximos da escola e de que esta não possui segurança suficiente para evitar o contato das crianças com as drogas, trazendo uma perspectiva de insegurança e desconforto com relação ao futuro.

No que diz respeito ao Posto de Saúde para o loteamento a situação também parece ter piorado. A distância do posto de Belém Novo os impede de conseguir ficha de atendimento. O Posto que está mais próximo alega que não pode atendê-los pois não pertencem a sua “região de cobertura”. Resta-lhes dirigirem-se aos postos de outros bairros mais distantes.

Desde que mudaram-se para o loteamento há um ano, os moradores vêm enfrentando um problema grave com os correios. O Demhab não regularizou as ruas com nomes e números, fato que dificulta a chegada de correspondência para os moradores. Suas cartas ficaram retidas no posto do bairro Ipanema e cada morador devia dirigir-se até lá para poder retirá-las. O correio só aceitava se fosse a própria pessoa, causando vários

problemas aos doentes, idosos e inválidos. Na tentativa de amenizar o problema a associação dos moradores incumbiu-se de distribuir as correspondências, fato que gerou muita polêmica devido a maneira como foi conduzido pela presidente da associação. Outra pessoa foi destinada para a tarefa, porém ela tinha que ficar a disposição dos moradores 24 horas por dia, sem direito a sua privacidade, isto fez com que as correspondências voltassem para o posto dos correios e até o momento continua sem solução.

Ainda não há área de lazer para as crianças e moradores, tornando o dia muito tedioso para as mulheres que não trabalham e tem que cuidar de seus filhos. Algumas sentem falta das praças de Belém Novo onde contam que levavam as crianças para brincar todas as tardes. Outras reclamam da falta da sombra das árvores, abundante na beira da praia em Belém Novo e inexistente no loteamento. Algumas mudas de árvores frutíferas foram doadas recentemente, por um empresário que desmatou um grande pedaço de terra para construir um condomínio fechado nas proximidades.

As casas foram construídas com muita pressa e vários defeitos podem ser constatados. Entre os principais estão as goteiras no telhado que aparecem em 90% das residências; a umidade do local provoca muito mofo nas paredes e preocupa por causa da saúde das crianças; por enquanto apenas o esgoto cloacal foi construído, quando chove o alagamento dos pátios e das ruas é generalizado.

Outro fato que gerou muito conflito entre os moradores e o Demhab foi a questão da propriedade do terreno. A Prefeitura num processo de remoção “pede” que os removidos assinem um CDRU – Contrato de Concessão do Direito Real de Uso, que não dá a posse do terreno, apenas o direito de morar no local por 30 anos, renovável por mais 30.

Em média R\$ 10 por casa, o valor do terreno, foi estipulado a partir do levantamento sócio-econômico realizado pelo Demhab antes da remoção. As famílias que tivessem renda de 0 a 1 salário mínimo pagam o equivalente a 5% do valor do salário mínimo oficial; as que estiverem na faixa entre 1 e 3 salários mínimos pagam 6,5% e as que estiverem entre 3 e 5 pagam 7%. Apesar de parecer pouco, este valor, juntamente com as taxas de água e luz, que antes não eram pagas pela maioria dos moradores das vilas passou a ser um problema extra. Segundo a assessoria social do Demhab há muitos que estão inadimplentes desde que foram transferidos há um ano atrás e outros que estão

atrasados por vários meses. A pena para a inadimplência prolongada é a remoção, no entanto ainda não houve nenhum caso no loteamento.

Como podemos notar, muitas das melhorias prometidas pela Prefeitura durante as etapas preparatórias para a remoção ainda não foram viabilizadas. A sua conquista vai depender da mobilização dos moradores no processo do Orçamento Participativo. No entanto algumas dessas melhorias são básicas para o dia-a-dia das pessoas e não poderiam estar sujeitos à processos eletivos de prioridades. Uma vez que a decisão da remoção era mais uma necessidade da Prefeitura para sanear o Rio Guaíba do que uma “visão globalizada e ecológica” dos moradores do local, as condições mínimas deveriam ter sido dadas à estas pessoas. Falamos principalmente do posto de saúde e da escola noturna, que no local anterior estavam acessíveis aos moradores das vilas e hoje, um ano depois sequer passou como prioridade no Orçamento Participativo.

3 - O processo de remoção

A remoção da vila enquadrou-se no Projeto Guaíba Vive, promovido pela Prefeitura Municipal na tentativa de despoluir e recuperar a orla do rio, na necessidade de solucionar a situação das áreas de risco e nas prioridades colocadas pela região Extremo Sul dentro do Orçamento Participativo.

No intuito de solucionar esta questão sócio-ambiental a prefeitura de Porto Alegre, através do DEMHAB, Departamento Municipal de Habitação, órgão responsável pelo agenciamento e execução do projeto de reassentamento da vila, iniciou um levantamento de uma série de dados sócio-econômicos sobre os moradores das vilas irregulares do bairro Belém Novo. As péssimas condições físicas, que não forneciam condições mínimas de saúde, foram associadas ao modo de vida dos moradores, devido a sua pobreza ou miséria.

“ A remoção de uma favela é um processo longo que implica em várias etapas e que conta com a participação de uma série de organismos governamentais e conseqüentemente com o trabalho de um número considerável de pequenos e médios funcionários que lidam diretamente com os moradores locais, tanto nos preparativos como durante a remoção propriamente dita”. (Blay, 1978)

O DEMHAB desenvolveu junto àquelas comunidades um trabalho que visava amenizar a idéia de que o reassentamento era uma remoção de pessoas. Buscou demonstrar

que esta intervenção tinha como base, compatibilizar as demandas institucionais com as necessidades das comunidades.

Porém, as reuniões feitas com os moradores em diversas ocasiões não obtiveram muito sucesso, principalmente porque desde o início, ficou claro para os moradores que as melhorias na qualidade de vida, no que diz respeito a questão sanitária, os afastaria de outros fatores objetivos onde a situação atual era mais vantajosa. Muitos moradores preocuparam-se com o tamanho da casa, pois a maioria das famílias compunha-se de pelo menos cinco pessoas; outros estavam preocupados com a questão das taxas que teriam de começar a pagar, como luz, água e o terreno onde fora construída a casa. O posto de saúde, a escola, área de lazer, arborização e o posto policial seriam conquistas para um segundo momento, depois que já tivessem morando no novo local.

Blay (1978) ao observar o mesmo processo aponta-nos que cabe a liderança local um trabalho junto à grande massa de moradores onde as opiniões e os desejos se dividem. Sempre há os interessados em participar do projeto governamental, como há os que teriam preferido permanecer na favela. Há os que se recusam a ser transferidos para um loteamento e os que aceitam a alternativa, na falta de uma outra, que estivesse ao seu alcance. O fato é que uns mais cedo, outros mais tarde, acabam por perceber que não há condições de fazer face à decisão governamental mas sim de acatá-la e que dentro da alternativa “remoção há possibilidades de obterem alguns benefícios.

Neste momento a organização dos moradores foi fator determinante na conquista de algumas de suas necessidades. O projeto da casa que era de um local com 20m² pode ser alterado, através de muitas reuniões e discussões para um local de 32m², mais próximo da realidade do tamanho das famílias.

A associação de moradores posicionou-se também quanto a distribuição física das casas; queriam manter a proximidade com seus parentes e vizinhos da antiga vila, além de permanecer separados por vila e não misturados com as outras.

Os moradores após a remoção não estão conseguindo mobilizarem-se para a resolução dos problemas surgidos com relação às casas, a escola, o posto de saúde e outras necessidades. Muitos estão desgostosos com a presidente da associação de moradores (pertencente a um partido de oposição ao da prefeitura) que parece ter abandonado seu

papel de mobilizar e dialogar com os moradores após o resultado das eleições municipais que confirmaram a continuidade do trabalho que vinha sendo realizado.

Desta maneira, tendo que submeterem-se às regras do Orçamento Participativo, suas necessidades dificilmente serão solucionadas, pois até que organizem-se e passem a participar das reuniões para discutir seus problemas, outro ano já terá se passado, a insatisfação terá aumentado, o entrosamento com as outras vilas terá ficado mais distante e vontade de voltar para a favela terá crescido.

4 – Participação e Cidadania

Conforme Abers (1996) a maioria das associações de bairro da Região Extremo Sul eram tradicionalmente não participativas e clientelistas.

Quando a Administração petista assumiu seu primeiro mandato, iniciou um esforço para melhorar o nível dos serviços da região. Criou o Centro Administrativo Regional (que localizou-se na Restinga) com a tarefa de contatar as lideranças dos bairros próximos, a fim de mobilizá-los para atuarem no Orçamento Participativo.

Este processo foi muito lento e nos primeiros anos as lideranças escolhidas ainda estavam ligadas às práticas clientelistas das administrações anteriores.

O primeiro grande investimento da administração no Extremo Sul da capital, a pavimentação da Estrada do Chapéu do Sol, foi decidido à portas fechadas pelos conselheiros. Eles acreditavam que se tivesse havido participação de fato, a estrada nunca teria sido escolhida como prioridade.

Ainda assim, a Estrada do Chapéu do Sol causou um importante “efeito demonstração” para os bairros vizinhos, quanto ao funcionamento do Orçamento Participativo.

Nos anos seguintes, com a execução das primeiras obras decididas por participação popular, outros bairros começaram a participar. O aumento da mobilização associado à renovação nas associações de bairro fez com que a população passasse a apoiar cada vez mais esta prática da Prefeitura.

A atenção permanente dada pelos funcionários dos altos escalões da prefeitura, que apareciam com frequência nas reuniões e que atendiam pequenas reivindicações fora do

Orçamento Participativo (como manutenção das ruas) deram ainda mais credibilidade ao processo participativo.

O nível de organização atingido no Extremo Sul só foi possível porque as novas lideranças de bairro foram capazes de quebrar a prática das associações tradicionais que vedava a ampla participação dos moradores e que pouco faziam para trazer as obras e serviços que a comunidade necessitava.

Num espaço de poucos anos, moradores que inicialmente se mobilizavam para a obtenção de benefícios localizados para seus bairros, passaram a pensar de forma mais ampla sobre o potencial da região e sobre como os bairros poderiam se unir para viabilizá-lo. Isso resultou em mudanças, não apenas na forma como os moradores votavam, mas também em como eles percebiam o processo de deliberação.

Na medida em que aprendiam a trabalhar em conjunto, as razões de participação também se transformavam. A maioria das pessoas procurava as plenárias com objetivos específicos em mente: “quero minha rua pavimentada”; “quero acabar com as inundações anuais em meu bairro”. O confronto entre estes objetivos particularistas e os objetivos dos outros lhes forçava uma mudança de perspectiva. Participantes de áreas mais bem servidas começaram a reconhecer que outros bairros tinham carências bem mais agudas e passaram a dar-lhes preferência.

Dentro desta perspectiva, em 1994 a transferência das vilas à beira do rio foi priorizada pela Região Extremo Sul. O projeto, que eventualmente cresceu e encampou outras invasões, foi votado como “prioridade máxima da região” porque os delegados acreditaram que além da melhoria dramática nas condições de vida dos moradores das invasões, a região ganharia potencial econômico para o antigo balneário, em função do embelezamento da margem do rio e da redução de sua poluição por dejetos não-tratados.

É claro que nada disso ocorreu fora do espaço da política. Como sempre ocorre em processos participativos patrocinados pelo Estado, as ações do governo foram influenciadas pela necessidade de se gerar apoio político para o PT. Mas, uma vez que a administração municipal procurou fazê-lo, em parte ganhando aliados nos bairros mais pobres e, em parte, construindo uma reputação mais abrangente de governo “democrático”, os interesses da administração em geral coincidiram com os interesses das associações de bairro: ambos buscavam um processo transparente pelo qual os bairros conseguissem investimentos em

infra-estrutura e serviços. Por um lado, o governo percebeu que ganhava credibilidade e apoio político ao prover infra-estrutura e serviços àqueles bairros que efetivamente participavam e, por outro lado, os moradores tendiam a se mobilizar apenas quando acreditavam que sua participação lhes trouxesse benefícios.

No entanto Giacomoni (1998) nos alerta para o nível de influência do poder administrativo na formação das associações participativas:

“Em primeiro lugar, por ser o “processo de conquista e construção organizada da emancipação social”, a participação não deve ser concedida ou doada. Se a prefeitura municipal for além de seu papel de instrumentadora e penetrar fundo na organização da participação, os riscos de manipulação e de cooptação passam a ser bastante reais. Em segundo lugar, se a prefeitura municipal deseja que o orçamento participativo se assemelhe, progressivamente, ao planejamento participativo ou autoplanejamento, é oportuno recordar os “momentos substanciais” deste: a) autodiagnóstico ou tomada de consciência crítica; b) autopromoção de enfrentamento de problemas; c) a “organização política competente”. Isto posto, pode-se concluir que a legitimidade da representação comunitária e a qualidade dos processos de escolha das mesmas são questões internas do próprio movimento comunitário. Os eventuais problemas de organização são perfeitamente naturais e tenderão a ser resolvidos como consequência do amadurecimento do movimento.”

A participação democrática é, sem dúvida, o maior antídoto contra os desvios apontados. A participação da população no orçamento municipal, nos planos locais, ou até mesmo no projeto e na gestão dos recursos de sua futura casa, é a alternativa mais ética, mais solidária e também mais sustentável pelos efeitos ambientais sinérgicos. Do ponto de vista econômico, garante-se a eficácia na aplicação dos recursos e sua fiscalização.

A participação cidadã visa substituir o morador, que tem uma relação alienada com os destinos da sua cidade, pelo cidadão informado. O fácil acesso à informação sobre os governos, deve substituir a manipulação que atualmente é feita pela publicidade, paga com recursos públicos.

A construção da cidadania implica em descobrir o véu que encobre a cidade real, onde freqüentemente a maioria é excluída.

No atual contexto brasileiro, talvez uma das questões mais importantes de toda gestão municipal, possivelmente um dos maiores desafios para toda administração, é o acesso dos cidadãos à informação, enquanto base para garantir a participação real. A questão não é só de informar os cidadãos, mas de explicitar e tornar transparentes e abertos os canais de participação. A informação aos cidadãos não só é necessária desde o início do processo administrativo, mas deve comportar a possibilidade de comunicação, diálogo e interpretação como parte de um movimento permanente de interação entre Estado e

cidadãos usuários dos serviços públicos. A participação assume assim um caráter dialógico, em que ambos os pólos dialogam e cooperam na gestão, criando a possibilidade de se desenvolverem práticas inovadoras que representam avanços reais na gestão da coisa pública.

A informação representa cada vez mais um componente da qualidade de vida dos cidadãos, na medida em que a oferta de serviços e atividades explicita uma transparência da administração pública e a possibilidade de aproveitamento do potencial dos cidadãos no processo decisório, assim como de democratizar ao máximo o controle da gestão.

O que se verifica freqüentemente é que a administração dispõe de meios de armazenar a informação, porém nem sempre de viabilizar a sua distribuição e disseminação. A administração deve garantir ao máximo o acesso à informação aos usuários utilizando os recursos disponíveis para ampliar a sua disseminação para a população. O desafio é fazer chegar a informação ao usuário final e não só esperar que os cidadãos se aproximem da administração.

Considerações Finais

O processo de remoção de vilas irregulares é sempre traumático de alguma maneira, porque envolve seres humanos que tem vontades e direitos. Há uma alteração dos hábitos para uma situação nova e por isso mesmo, às vezes, angustiante.

Na remoção das vilas irregulares do bairro Belém Novo não foi diferente, apesar das tentativas dos funcionários do Demhab em esclarecer os moradores de como se daria todo o processo, que este traria ganhos na qualidade de vida, na saúde, na segurança das moradias, no acesso aos serviços públicos, muitos não ficaram convencidos. Quer seja porque julgavam ter melhores condições onde estavam, e muitos realmente tinham, principalmente no que diz respeito ao tamanho da casa e ao acesso aos serviços públicos, quer por influência de uma presidente da associação de moradores que num primeiro momento contribuiu para o esclarecimento dos moradores mas, ao aproximar-se o pleito para a escolha de um novo Prefeito, deixou suas preferências partidárias influenciarem sua participação.

Por outro lado a própria atuação da Prefeitura pareceu-nos equivocada quando para um projeto sócio-ambiental como é o Guaíba Vive, que certamente irá beneficiar muitos

cidadãos ao devolver suas praias despoluídas, subtrai de uma população que já é muito marginalizada, o acesso a vários serviços públicos dos quais eles dispunham e coloca-os sujeitos a uma organização participativa que não condiz com sua formação cultural.

Esta postura, apesar de toda a possível evolução social que sabemos ter havido em nosso país após os regimes autoritários, não parece-nos diferente na prática. O discurso está muito aprimorado no aspecto social, mas a prática carece de uma análise mais profunda, pois o cidadão, quer seja ele contribuinte ou favelado, deve ter o mesmo direito aos serviços públicos. Deve ser esclarecido com seriedade sobre todas as implicações das ações às quais estão sendo submetidos. Não devem ser iludidos com um projeto de papel, com promessas de papel...

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca. *“Do clientelismo à Cooperação: Governos Locais, Políticas Participativas e Organização da Sociedade Civil em Porto Alegre.”* Tese de Doutorado, Planejamento Urbano, University of California, Los Angeles.
- BLAY, E. (1978). *“Habitação: a política e o habitante.”* In: BLAY, E. (org) *A luta espaço urbano*. Rio de Janeiro, Vozes.
- BONDUKI, Nabil.(1996). *Habitat: As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo, Studio Nobel.
- GIACOMONI, James. (1998). *Orçamento Tradicional e Orçamento Participativo : Caso de Porto Alegre*. In: FACHIN e CHANLAT (Orgs.). *Governo Municipal na América Latina – Inovações e Perplexidades*. Porto Alegre, Editora UFRGS.
- GENRO, Tarso. (1997). *Porto da Cidadania: A esquerda no Governo de Porto Alegre*. Porto Alegre, Artes e ofícios.
- MEDEIROS, Laudelino T. (1951). *Vilas de Malocas: ensaio de sociologia urbana*. Porto Alegre, UFRGS.
- PERLMAN, Janice E.(1977) *O mito da marginalidade: Favelas e a política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANT’ANNA, Maria Helena. (1997). *Vila Cai-Cai: A lógica da habitação reciclável*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre. Mimeo.
- VALLADARES, Licia do Prado. Org. (1980). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- ZALUAR, Alba. (1985). *A máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Editora Brasiliense.